



Ata nº 013 da Sessão Ordinária nº 013, de 25 de fevereiro de 2014.

Às nove horas do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha e a Auditora Márcia Costa para apresentarem proposta de Decisão, nos termos do artigo 72, II do RI/TCM. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em seguida, o Secretário-Geral do TCM procedeu a **Leitura do Expediente da Presidência**: "*PROCESSO Nº 201307337-00. O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari, Sr. Eurípedes Bentes Pamplona Filho, encaminhou a esta Corte o Parecer da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, respaldado pela Ata da Sessão Ordinária de 01.03.2013, daquele Poder Legislativo, que reprovou as contas do Executivo, de responsabilidade do Sr. Fernando Antônio Lobato Tavares, referentes ao exercício financeiro de 2007. O TCM, pela Resolução nº 9.907, de 18.11.2010, sugeriu a não aprovação das referidas contas. PROCESSO Nº 201400489-00. O Presidente da Câmara Municipal de Aurora do Pará, Sr. Joelson da Silva Oliveira, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 006/13, de 08.10.2013, que rejeitou as contas do Executivo, de responsabilidade do Sr. José Antonio dos Santos Carvalho, referentes ao exercício financeiro de 2005. O TCM, pela Resolução nº 10.821, de 19.03.2013, sugeriu a não aprovação das referidas contas. PROCESSO Nº 201314216-00. O Presidente da Câmara Municipal de Jacundá, Sr. Lindomar dos Reis Marinho, encaminhou a esta Corte cópia do Decreto Legislativo nº 001/13, de 17.06.2013, que aprovou as contas do Executivo, de responsabilidade do Sr. Adão Ribeiro Soares, referentes ao exercício financeiro de 2006. O TCM, pela Resolução nº 10.264, de 09.02.2012, sugeriu a não aprovação das referidas contas. PROCESSO Nº 201400449-00. O Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião da Boa Vista, Sr. Ademar da Silva Gomes, encaminhou a esta Corte cópia da Ata da Terceira Reunião Extraordinária, de 14.12.2012, que respaldou o Decreto Legislativo nº 006/2012, o qual aprovou as contas do Executivo, de responsabilidade do Sr. Laércio Pereira Rodrigues, referentes ao exercício financeiro de 2006. O TCM, pela Resolução nº 9.711, de 02.03.2010, sugeriu a não aprovação das referidas contas*". Após, houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 007/14. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1040012007-00; Prefeitura Municipal de Tailândia; Prestação de Contas – 2007; Responsável Paulo Liberte Jasper; Instrução Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Tailândia, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper, que deverá recolher, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ao FUMREAP, as seguintes multas: 2.1 - R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com base no art. 283, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva do Orçamento e prestações de contas do 2º e 3º quadrimestres; 2.2 - R\$-30.000,00 (trinta mil reais), com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pelas contas irregulares em função das graves impropriedades cometidas; cópia dos autos ao Ministério Público para as providências cabíveis*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares pediu Vista dos autos. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1100012006-00; Prefeitura**



Municipal de Brasil Novo; Prestação de Contas – 2006; Responsável José Carlos Caetano; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Brasil Novo a aprovação, com ressalva, das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de José Carlos Caetano, com a emissão do Alvará de Quitação. **Processo nº 780012000 – 200104634-00; Prefeitura Municipal de São João do Araguaia;** Prestação de Contas – 2000; Responsável Mário Cezar Sobral Martins; Instrução José Alexandre Cunha Pessoa; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1130022009-00; Câmara Municipal de Eldorado do Carajás;** Prestação de Contas – 2009; Responsável: José Almeida Araújo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de José Almeida Araújo, com a expedição do Alvará de Quitação. **Processo nº 1390022005-00; Câmara Municipal de Piçarra;** Prestação de Contas – 2005; Responsável: Félix Ulisses dos Santos (Período de 01/01 a 17/05), João Ferreira da Silva Filho (Período de 18/05 a 20/06) e Maria Elenice Pereira Dias (Período de 21/06 a 31/12); Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1310062008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bannach;** Prestação de Contas – 2008; Responsável Lucineia Alves da Silva Oliveira; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bannach, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade de Lucineia Alves da Silva Oliveira, com a expedição do Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 383992009-00; Fundo Municipal de Saúde de Jacundá;** Prestação de Contas – 2009; Responsável: Eduardo da Silva Tuma; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Jacundá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Eduardo da Silva Tuma, devendo recolher: Ao FUMREAP: - R\$-3.100,00 (três mil, cem reais), de multa pelo atraso no encaminhamento da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, bem como pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Saúde, com base no art. 282, III, “a” e 283, do RI/TCM/PA; - R\$-2.000,00 (dois mil reais), de multa pelas falhas formais nos processos licitatórios, como determina o art. 282, I, “b”, do RI/TCM/PA. - Expedir o competente Alvará de Quitação, condicionando ao recolhimento das multas acima mencionadas.*” **Em votação:** o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José



Carlos Araújo acompanharam o Relator. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Jacundá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Eduardo da Silva Tuma. **Por maioria:** com o recolhimento de multa ao FUMREAP, nos seguintes valores: R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pelo atraso no encaminhamento da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, bem como pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Saúde, com base no art. 282, III, "a" e 283 do RI/TCM/PA; - R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelas falhas formais nos processos licitatórios, como determina o art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1402052009-00; Fundo Municipal de Educação de Placas;** Prestação de Contas - 2009 - Anuais de Gestão; Responsável Marcelo Wilton Rodrigues Leal; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** "*pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Placas, exercício de 2008, devendo o Ordenador de despesas, Marcelo Wilton Rodrigues Leal, recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 120-B, II, do RI/TCM, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-7.109.054,70 (sete milhões, cento e nove mil, cinquenta e quatro reais e setenta centavos)*". **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Educação de Placas, exercício de 2008, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, de multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 120-B, II, do RI/TCM, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-7.109.054,70 (sete milhões, cento e nove mil, cinquenta e quatro reais e setenta centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 0713352004-00; Fundo Municipal de Saúde de Santarém;** Prestação de Contas – 2004; Responsável Alverne José de Sousa Lopes (Jan./12) e Alberto Mariano Gusmão Tolentino (Fev. a Dez/12); Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Santarém, exercício de 2004, com a expedição dos respectivos Alvarás de Quitação. **Processo nº 140222006-00; Sub - Prefeitura de Mosqueiro;** Prestação de Contas – 2006; Responsável: Maria da Glória Mesquita Brito Albuquerque; Instrução: Auditores Alessandra Braga/3ª Controladoria/TCM; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas prestadas por Maria da Glória Mesquita Brito Albuquerque, Ordenadora de despesa da Sub-Prefeitura de Mosqueiro, exercício 2006, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-7.306.109,03 (sete milhões, trezentos e seis mil, cento e nove reais e três centavos). **Processo nº 201311202-00 – 160012009-00; Prefeitura Municipal de Bonito;** Recurso de



Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 23.817/13, de 06.06.13 (Prestação de Contas de Gestão 2009); Responsável: Antônio Corrêa Neto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 201105305-00; Câmara Municipal de Curuá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 20.665, de 6.12.2010 (Prestação de Contas de 2004); Responsável: Antônio da Conceição Pinho; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pelo conhecimento e não provimento do Recurso*”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda pediu Vista dos autos em mesa para uma melhor apreciação dos fatos. Após o julgamento do processo de nº 19 da pauta, o Conselheiro Daniel Lavareda pediu ao Plenário que retornasse o julgamento do Recurso por estar apto a proferir seu voto, nos seguintes termos: “*conheço do Recurso de Reconsideração interposto e dou provimento parcial para modificar a decisão consubstanciada no Acórdão nº 20.665/2010 e aprovar as contas, com ressalva, mantendo a multa constante no referido Ato*”. O Conselheiro Cezar Colares solicitou que o processo fosse retirado de pauta e efetuada diligência para esclarecer acerca da possibilidade de convalidação, pelo Tribunal, da Resolução nº 02/2000 que fixou a remuneração dos Vereadores, não cadastrada neste TCM. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela diligência requerida. **Processo nº 201305651-00 – 694002007-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Maria do Pará;** Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 23.198, de 24.01.2013 (Prestação de Contas de 2007); Responsável: Maria Pinheiro Alves; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para modificar a decisão recorrida e aprovar, com ressalvas, as contas da Sra. Maria Pinheiro Alves, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Maria do Pará, no exercício financeiro de 2007. **Processo nº 383982003-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Jacundá;** Recurso – 2003 - Acórdão nº 2009, de 24.06.10; Responsável: Adão Ribeiro Soares; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Substituta Márcia Costa, em substituição ao Conselheiro Aloísio Chaves (Portaria nº 202/2013); com pedido de **VISTA** à Conselheira Mara Lúcia na Sessão de 26.02.2013; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA**: “*acompanho a divergência apresentada pela Conselheira Rosa Hage, para conhecer do Recurso, reservando-me a apresentar manifestação no mérito, após a proposição do Voto, em Plenário, pela Conselheira Convocada, Relatora dos presentes autos*”. **Em votação**: na Sessão do dia 26.02.2013, a Conselheira substituta Márcia Costa apresentou seu voto, “*pelo não conhecimento do Recurso de Revisão interposto contra a decisão do Acórdão nº 20.009, de 24.06.2010, prestação de contas de 2003*”, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Daniel Lavareda. A Conselheira Rosa Hage divergiu da Conselheira substituta Márcia Costa e votou pelo conhecimento e não provimento do Recurso. Após o voto vista da Conselheira Mara Lúcia, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o voto da Conselheira substituta Márcia Costa, proferido na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2013. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso de Revisão interposto contra Decisão do Acórdão nº 20.009, de 24.06.2010, referente a prestação de contas de 2003. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e a Conselheira Rosa



Hage que votaram pelo conhecimento do Recurso. **Processo nº 200802592-00; Associação Carnavalesca Raio X;** Prestação de Contas do Convênio nº 105/2007, celebrado com a Fundação Cultural do Município de Belém; Responsável Ângela Maria dos Santos Marques; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pela Senhora Ângela Maria dos Santos Marques, relativamente ao emprego da importância de R\$-5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL. **Processo nº 200706863-00; Centro de Valorização da Criança – CVC;** Prestação de Contas do Convênio nº 002/2007, celebrado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Nahum Dias de Freitas; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Nahum Dias de Freitas, relativamente ao emprego da importância de R\$-11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais), recebida através do Convênio nº 002/2007 (fls. 02/05), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XXIII, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 200803226-00; Centro Cultural de Ação Social na Amazônia;** Prestação de Contas do Convênio nº 014/2007, celebrado com o Gabinete do Prefeito/PMB; Responsável Raimundo Alexandre Dantas Bentes; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Raimundo Alexandre Dantas Bentes, relativamente ao emprego da importância de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), recebida através do Convênio nº 014/2007 (fls. 02/06), celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro Antonio José. **Processo nº 200718400-00; Comunidade Eterna Aliança;** Prestação de Contas do Convênio nº 025/2007, celebrado com o Gabinete do Prefeito/PMB; Responsável Raimundo de Souza Belém; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Raimundo de Souza Belém, relativamente ao emprego da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), recebida através do Convênio nº 023/2007 (fls. 05/09), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através do Gabinete do Prefeito, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 200705450-00; Organização não Governamental Tradição Guamaense;** Prestação de Contas do Convênio nº 13/2007, celebrado com Fundação Cultural do Município de Belém; Responsável Helena Silva Baltazar; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.589, de 21.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu



posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pela Senhora Helena Silva Baltazar, relativamente ao emprego da importância de R\$-28.000,00 (vinte e oito mil reais), recebido através do Convênio nº 13/2007 (fls. 06/08), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. **Processo nº 201217347-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria - Portaria nº 1228/2012 - Revisão de Proventos; Interessado Francisco Pinheiro da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo Registro do Ato. **Processo nº 201306033-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria - Revisão de Proventos de Aposentadoria, Portaria nº 0385/2013; Interessado João Lemos Mendes; Ministério: Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0385/2013, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede Revisão da Aposentadoria por Invalidez conferida ao Sr. João Lemos Mendes, com proventos de R\$ 1.866,68 (mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), com a revogação do Ato anterior registrado por este TCM/PA. **Processo nº 201306038-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Aposentadoria - Revisão de Proventos de Aposentadoria, Portaria nº 0383/2013; Interessada Ana Lúcia Bentes da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0383/2013, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede Revisão da Aposentadoria por Invalidez conferida a Sra. Ana Lúcia Bentes da Silva, com a revogação do Ato anterior registrado por este TCM/PA. **Processo nº 201306032-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB; Pensão - Revisão de Proventos de Pensão, Portaria nº 0403/2013, de 22.03.2013; Interessado(a) Muara Dias Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 0403/2013, do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, que concede Revisão do provento de pensão conferida a Sra. Muara Dias Silva, com proventos de R\$-4.298,56 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), com a revogação do Ato anterior registrado por este TCM/PA. **Processo nº 201312911-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria nº 065/2013; Interessada Dulcineia Damasceno Espíndola; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora para proposta de Decisão - Auditora Márcia Costa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Auditora apresentou sua **Proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O



Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201104368-00; IPAMB / PMB;** Pensão - Portaria nº 0163/11 de 10.02.2011; Interessada Ana Maria Carvalho Freitas; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201112729-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Portarias que nomeiam aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessado: João Paulo da Silva Corrêa e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pelo registro das Portarias que nomeiam os aprovados no Concurso Público nº 001/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, cuja relação nominal consta do relatório". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo divergiu do Relator e votou contrariamente ao registro das Portarias apresentadas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro das Portarias constantes no voto do Relator. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201118119-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas;** Portarias que Nomeiam Aprovados no Concurso Público nº 01/2010; Interessada Noeme Alves Dias e outros; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pelo registro das Portarias que nomeiam os aprovados no Concurso Público nº 001/2010, realizado pela Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, cuja relação nominal consta do relatório". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, a Conselheira Mara Lúcia e o Conselheiro Cezar Colares acompanharam o Relator, na íntegra. O Conselheiro José Carlos Araújo divergiu do Relator e votou contrário ao registro das portarias apresentadas. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **por maioria**, decidiu pelo registro das Portarias que nomeiam os aprovados no Concurso Público nº 01/2010, constantes no voto do Relator. Vencido o Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201204978-00; FNDE de Brasília;** Denúncia – Ofício nº 532/2012; Responsável FNDE de Brasília; Denunciado Erivando Oliveira Amaral - Prefeito Municipal de Vitória do Xingú; Instrução 7ª Controladoria/TCM-Pa; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela juntada do processo à prestação de contas respectiva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela juntada dos autos ao processo de prestação respectiva, referente a Prefeitura Municipal de Vitória do Xingú, exercício de 2012, para análise conjunta. **Processo nº 201012773-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira – ALTAPREV;** Aposentadoria 2010 - Resolução nº 13/2013, de 15.07.2013; Interessada Raimunda Figueiredo do Nascimento; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contrariamente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de registro do Ato. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para retornar ao Plenário as propostas de Resoluções de nº 11.408, nº 11.409, e nº 11.410, já anteriormente apresentadas na Sessão Plenária do dia



309 20.02.2014, com as devidas alterações sugeridas, para apreciação do Pleno. A matéria foi colocada **em**
310 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das 3
311 (três) Resoluções apresentadas (nº 11.408, nº 11.409 e nº 11.410), com as devidas retificações solicitadas.
312 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
313 **PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
314 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e cinco de fevereiro de dois
315 mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão